

# Bancos sem pressa para renegociação

Os bancos credores não estão com pressa de renegociar com o Brasil o novo esquema de pagamento da dívida externa, porque compreendem que o novo governo precisa de tempo para se inteirar dos entendimentos já realizados, e do que pode ser aproveitado ou não. Essa afirmação foi feita, ontem pelo *chairman* do Bank of Montreal, um dos dez maiores credores do Brasil, J. W. Mulholand, depois de audiências com o presidente José Sarney e com o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles.

A Sarney, o presidente do Bank of Montreal, que tem assento no comitê assessor de bancos credores do Brasil, manifestou seu pesar pelo falecimento do presidente eleito Tancredo Neves e ofereceu solidariedade ao novo governo. O presidente do Banco Montreal de Investimentos, Pedro Leitão da Cunha, que o acompanhava, não respondeu se essa solidariedade poderia traduzir-se em novos empréstimos.

Indagado sobre uma suposta rejeição do Brasil à auditoria do Fundo Monetário Internacional — FMI — enquanto durar a nova renegociação, o *chairman* do Bank of Montreal disse que não tomou conhecimento dessa posição por parte do Brasil. Na audiência com

Dornelles, Melholand também conversou rapidamente com o presidente do Banco Central, Antonio Carlos Lemgruber.

A decisão do Ministério da Fazenda de endossar as negociações da dívida externa acertadas preliminarmente com os banqueiros pelo governo anterior vem preocupando importantes técnicos do atual governo, para os quais o esquema de pagamento acertado representará fortes restrições à expansão da economia brasileira e a possibilidade de realização de um combate eficiente à inflação.

Para técnicos do Banco Central, o objetivo real do esquema proposto pelos bancos credores do Brasil, no ano passado, é de criar condições para que seja rapidamente reduzida a elevada *exposure* dos principais bancos credores, que não por coincidência são dos Estados Unidos e encontram-se representados no comitê assessor chefiado por William Rhodes, do Citibank.

Entendem os técnicos de alguns setores do governo que o novo acordo com os bancos credores deve ser rediscutido, porque as vantagens com relação aos acordos anteriores são bem menos significativas do que as autoridades econômicas, passadas e atuais, tentam apresentar à Nação.